



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Carta nº 389/18

Brasília (DF), 4 de outubro de 2018

À(o)s Presidenciáveis nas Eleições de 2018

Prezado(a)s,

Em cumprimento às resoluções do 37º CONGRESSO do ANDES-SN, encaminhamos a Vossas Senhorias a Carta à(o)s Presidenciáveis nas Eleições de 2018, conforme o que segue:

CARTA À(O)S PRESIDENCIÁVEIS NAS ELEIÇÕES DE 2018

O ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, presente em todo território nacional com mais de cem seções sindicais, deliberou em seu último CONGRESSO (Salvador, janeiro de 2018) pelo envio desta carta à(o)s candidata(o)s ao cargo de Presidente da República, com o objetivo de apresentamos algumas propostas para a Educação Pública brasileira, que construímos ao longo de quase 40 anos de existência da nossa organização, e pedirmos o compromisso com essa pauta.

O Brasil tem uma dívida histórica com a Educação Pública, desde a alfabetização à pós-graduação. Defendemos que a Educação é um direito inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado, que deve proibir a cobrança de qualquer tipo de taxa.

Enquanto perdurar a atual situação de atraso educacional do país, é essencial o investimento anual de, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, constituído exclusivamente de recursos públicos das diversas esferas de governo, em educação pública e gratuita, em todos os níveis. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com o qual não temos acordo, não faz distinção entre o financiamento público e privado. A educação só deverá ser oferecida pelo setor privado, em qualquer nível e modalidade, como concessão do



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Poder Público e deverá estar submetida a um Plano Nacional de Educação, construído democraticamente.

As Instituições de Ensino Superior devem garantir, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar. Para tanto, defendemos que devem ser autônomas em relação ao Estado, aos governos e aos partidos políticos, pautando-se pela liberdade de pensamento e informação, sendo vedada qualquer forma de censura ou discriminação de natureza filosófica, religiosa, ideológica, política, ética, de gênero ou orientação sexual.

À(o)s trabalhadora(e)s da educação deve ser garantida uma remuneração justa, com base em uma carreira estruturada que valorize de forma equilibrada, o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho aprovado na sua unidade acadêmica de lotação. Os critérios e os métodos de progressão na carreira deverão considerar a contextualização social, as condições concretas em que se dá o trabalho e a diversidade das práticas acadêmicas e as características de cada área do conhecimento.

Entendemos que nesse momento de disputa de projetos para a sociedade brasileira é fundamental que Vossas Senhorias assumam o compromisso público em defesa da Educação Pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, que contribua na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Prof. Antonio Gonçalves Filho
Presidente